

Governo vai lançar programa de formação para todos os trabalhadores

Em 2010 começam os primeiros projectos-piloto, em colaboração com o Instituto Nacional da Administração, visando os cerca de 600 mil funcionários

RAQUEL MARTINS

O Governo vai lançar no próximo ano um programa de formação para todos os funcionários públicos. O objectivo, anunciou ontem o secretário de Estado Gonçalo Castilho dos Santos, é alargar as acções, que agora se destinam essencialmente aos dirigentes e aos quadros técnicos do Estado, à generalidade dos trabalhadores.

“A formação atingiu níveis-recorde nos últimos anos. Estamos a falar de 20 a 30 mil destinatários, mas não nos podemos esquecer que temos mais de 500 mil pessoas na Administração Central e mais de 100 mil nas autarquias”, disse Gonçalo Castilho dos Santos, na abertura do 7º Congresso da Administração Pública, que ontem e hoje debate o papel do Estado na resposta à crise.

“Hoje em dia, há funcionários que desconhecem os seus planos de formação e que têm de pedir aos seus dirigentes o favor de terem acesso à formação”, diagnosticou perante uma plateia de dezenas de dirigentes públicos.

Ao longo de 2010, o secretário de

Estado garantiu que já haverá projectos-piloto no terreno em colaboração com o Instituto Nacional de Administração.

O financiamento das acções ainda é uma incógnita. “Este compromisso implicará formas de sustentabilidade para que as expectativas não saiam goradas”, frisou o responsável, acrescentando que o Estado tem o “dever de investir e financiar a formação dos seus colaboradores”.

“A função pública tem perdido capacidade de reflexão”

O economista João Ferreira do Amaral, outro dos intervenientes na conferência, considera que a Administração Pública tem conseguido reagir aos problemas da crise, mas lamenta que nas últimas décadas ela tenha vindo a perder capacidade “para se pensar a si própria”.

O professor do ISEG alerta que essa capacidade tem sido transferida para os gabinetes ministeriais ou, “pior”, para empresas de

“outsourcing”. “Com esta transferência, os estudos perdem-se ou são entregues a entidades externas à Administração, o que normalmente custa muito dinheiro e é mal feito”, salientou o economista.

Ferreira do Amaral defende que deve ser feito um esforço para recuperar os gabinetes de estudos. “Trata-se de permitir que a Administração Pública tenha estados maiores nos respectivos sectores, porque nenhum exército consegue ganhar uma batalha sem o seu Estado Maior”, desafiou.

A formação, nos últimos anos, abrangeu entre 20 a 30 mil funcionários públicos.

